



POLÍTICA/TEMA DO DIA

NÚMERO DE FAMINTOS DIMINUIU NOS ÚLTIMOS ANOS, MAS RESTA UMA LEGIÃO DE MISERÁVEIS A SER ALIMENTADA

FOME AINDA É DESAFIO

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

Quem caminhar para o parlatório do Palácio do Planalto no dia 1º de janeiro e se apresentar como o presidente que vai governar o país pelos próximos quatro anos irá encontrar um Brasil bem menos faminto que o avistado quando Luiz Inácio Lula da Silva fez o mesmo movimento em 2003. Ainda não há garantia de três refeições diárias para todos os brasileiros, como prometeu Lula naquele primeiro e entusiasmado discurso, mas é certo que milhões de pessoas estão comendo mais e melhor. No entanto, pelo país ainda se espalham 40 milhões de miseráveis — uma Argentina inteira —, e entre os principais desafios na área social para o próximo governo estão a necessidade de melhorar a renda dessa legião, transformar programas como o Bolsa Família em direitos não suscetíveis a cortes no Orçamento ou à vontade de governantes e incentivar famílias a encontrarem formas de garantir uma sobrevivência decente sem depender de ajuda de cofres públicos.

Há 10 dias, um estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que a fatia de brasileiros que vivem abaixo da chamada linha de miséria caiu de 28,2% em 2003 para 22,77% no ano passa-

do. Isso significa que de cada cinco pessoas que viviam há quatro anos com menos de R\$ 121 mensais, uma conseguiu em 2005 mais dinheiro para sobreviver. Em grande parte, o avanço se deve ao principal programa social do governo, o Bolsa Família, que faz repasses mensais de até R\$ 95 por núcleo familiar. Neste ano, o benefício atingiu 11 milhões de famílias. Estudo de Marcelo Medeiros, coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do Centro Internacional de Pobreza da Organização das Nações Unidas mostra que a transferência de renda em programas como o Bolsa Família tem efeitos imediatos sobre a miséria. “Nenhum governo futuro pode subestimar a importância das transferências para a redução da pobreza no Brasil na próxima década, uma vez que outras medidas como educação e políticas de desenvolvimento têm impacto mais forte apenas no longo prazo”, afirma o economista.

Uma olhada no que está ocorrendo em 1,1 mil municípios do semi-árido — área que abrange todos os estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, uma parcela de Minas Gerais e é a mais afetada pela seca no país — exemplifica o impacto dessas transferências sobre a fome. Pesquisadores de dois departamentos da Universidade de São Paulo (USP) examinaram 18 mil crianças de 30 municípios de cada um

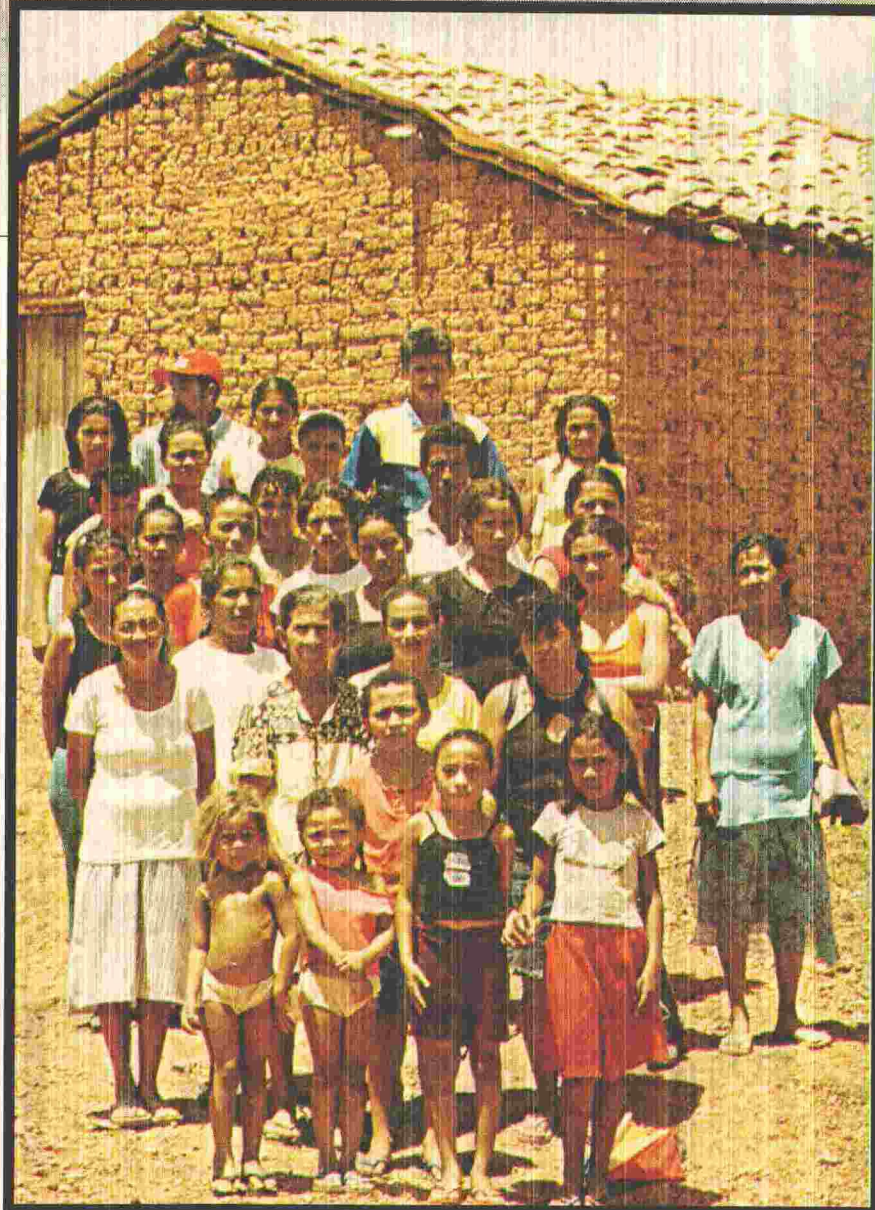
dos estados do semi-árido e descobriram que a redução da desnutrição por causa do Bolsa Família é quase 30% entre menores de cinco anos. Na faixa de bebês com idade de seis a 11 meses, a redução da desnutrição cai mais de 60% em residências beneficiadas pelo programa.

Para Medeiros, os avanços nos programas de transferência de renda no próximo governo devem passar por algumas etapas. A primeira é garantir a estabilidade do Bolsa Família pela via legal. Fazer com que se torne um direito social, a exemplo do que ocorre com o Benefício de Prestação Continuada, garantido por lei para idosos e portadores de deficiência carentes. Em seguida, diz o economista, é preciso aumentar a cobertura dos programas, assegurando que ninguém que precisa esteja fora deles. “A terceira é ser muito mais cauteloso na decisão sobre quem ainda tem renda baixa, mas deve ter o benefício interrompido, para evitar que as pessoas tenham medo de trocar o benefício certo da transferência por um salário incerto”, afirma. “Quando isso tiver sido feito, será a hora de aumentar gradualmente os valores dos benefícios, começando por adicionais maiores para a população muito pobre.”

Desvios

É preciso também reduzir problemas que

Edilson Rodrigues/CBPress



FAMÍLIA EM GUARIBAS (PI): PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA REDUZIU POBREZA

se acumulam no Bolsa Família desde sua implantação. Ainda que pontuais, há desvios por má-fé ou erros em cadastros, e pessoas ligadas a políticos ou com renda bem acima do limite continuam recebendo o benefício. Em alguns casos, há distorções em volumes bem maiores. Há três meses, o Correio revelou que o governo federal estava pagando em dobro milhares de benefícios, o que dificultava ainda mais o ingresso no programa de famílias que ainda estão fora. O Ministério do Desenvolvimento Social prometeu cancelar 50 mil cadastros em duplicidade.

Outra necessidade é o resgate da gênese do Bolsa Família. Quando começou,

ainda com o nome de Fome Zero, o programa previa uma série de ações para que brasileiros miseráveis conseguissem gerar sua própria renda. Havia previsão de criação de cooperativas, direcionamento de financiamento para produção e qualificação de trabalhadores. Dessas iniciativas, as poucas que vingaram existem de forma tímida, sem grandes empenho e volume de recursos do governo federal. “Há coisas que ficaram estancadas”, lembra Muriel Gubert, pesquisadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar da Universidade de Brasília. “É preciso resgatar as questões estruturantes.”